



# Seminario Internacional de Presupuesto Público

Santo Domingo - República Dominicana



# Orçamento Público no Brasil

---

Inovação, transparência e desafios atuais





# Regime Fiscal Sustentável

---

Clayton Luiz Montes – Secretário de Orçamento Federal



# Regime Fiscal Sustentável: Lei Complementar 200/23 (LC 200/23)

Emenda Constitucional nº 126, de dezembro de 2022 (PEC da Transição)

- Art. 6º O Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o objetivo de instituir **regime fiscal sustentável** para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, inclusive quanto à regra estabelecida no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal.

## Antecedentes

- Teto de Gastos (EC 95/2016)
- Pós Pandemia (Covid-19)
- Compressão excessiva de despesas discricionárias
- Demandas sociais reprimidas (assistência, saúde, educação)

# Regime Fiscal Sustentável- LC 200/2023

**Publicação:** 31 de agosto de 2023.

**Vigência:** Janeiro de 2024.

**Estabelece um limite anual para as despesas, individualizado por Poder.**

**O limite é atualizado anualmente por dois parâmetros:**

- Correção pela inflação acumulada em 12 meses (de julho a junho).
- Crescimento real das despesas.

Estabelece um piso para despesas da União com investimento, de 0,6% do PIB (não inclui investimentos de Estados e Municípios).

## LC 200/23 - Crescimento Real Componente Anticíclico

Há limite inferior e superior para o crescimento real das despesas em relação ao ano anterior:

- **Piso:** 0,6% a.a.
- **Teto:** 2,5% a.a.

O crescimento real das despesas (acima do piso de 0,6%) é limitado a **70%** da variação real da receita do exercício anterior ao da elaboração do PLOA.

# LC 200/23 - Melhoria da Regra de Resultado Primário da LDO

## Maior Flexibilidade

- Banda de tolerância de  $\pm 0,25\%$  do PIB
- Absorção de flutuações na arrecadação, sem impacto na execução do orçamento durante o ano (contingenciamento)
- Ampliação de investimentos na hipótese de resultado superior à banda

## Busca a Sustentabilidade da Dívida

- Compatibilidade entre resultado e trajetória da dívida
  - Anexo da LDO com projeção da dívida de 10 anos
  - Resultado primário fixado para 1 ano e projetado para 3 anos

## LC 200/2023 - Medidas de ajuste fiscal

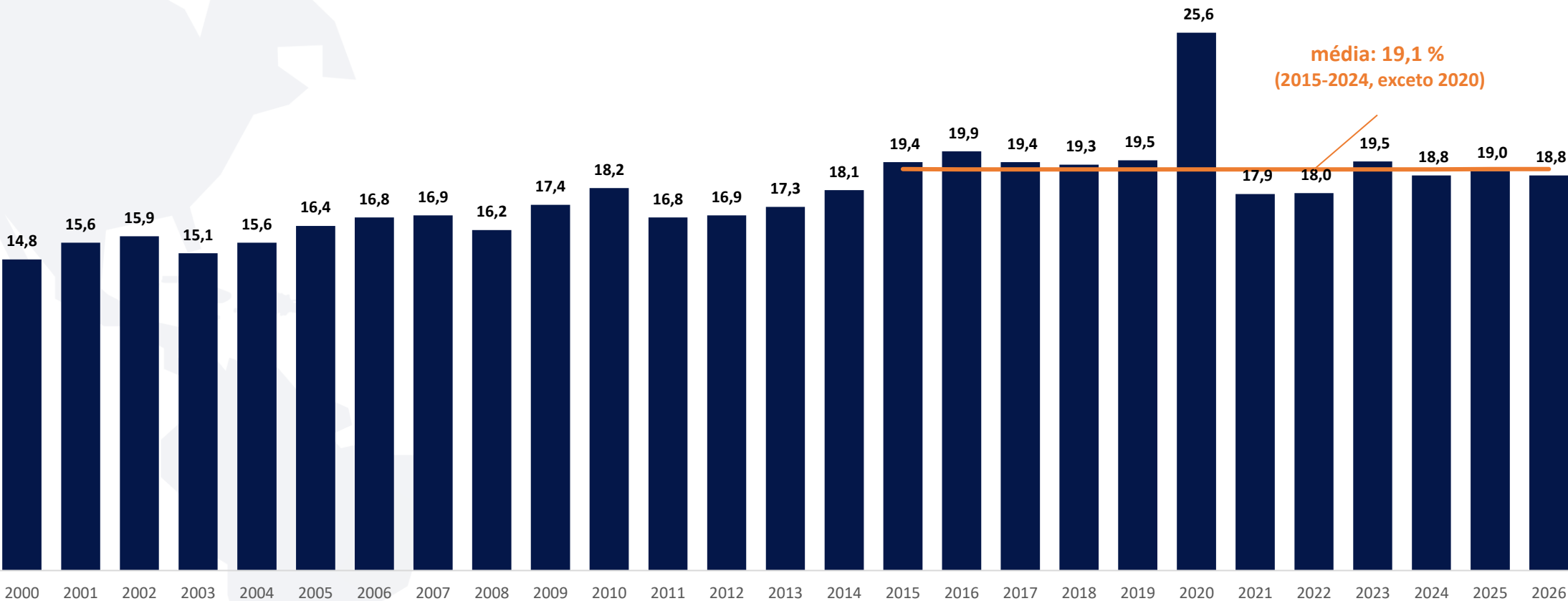
### Acionamento:

1. Resultado primário não alcançado (abaixo da banda de tolerância);
2. Despesas primárias obrigatórias > 95% das despesas primárias;
3. Apuração de déficit primário a partir de 2025; ou
4. Redução nominal de despesas primárias discricionárias a partir de 2025.

### Restrições:

- × aumento de despesas com pessoal;
- × concessão, expansão ou prorrogação de benefícios tributários; e
- × criação ou aumento de despesas obrigatórias (hipóteses 1 e 2)

# CRESCIMENTO DA DESPESA PRIMÁRIA/PIB

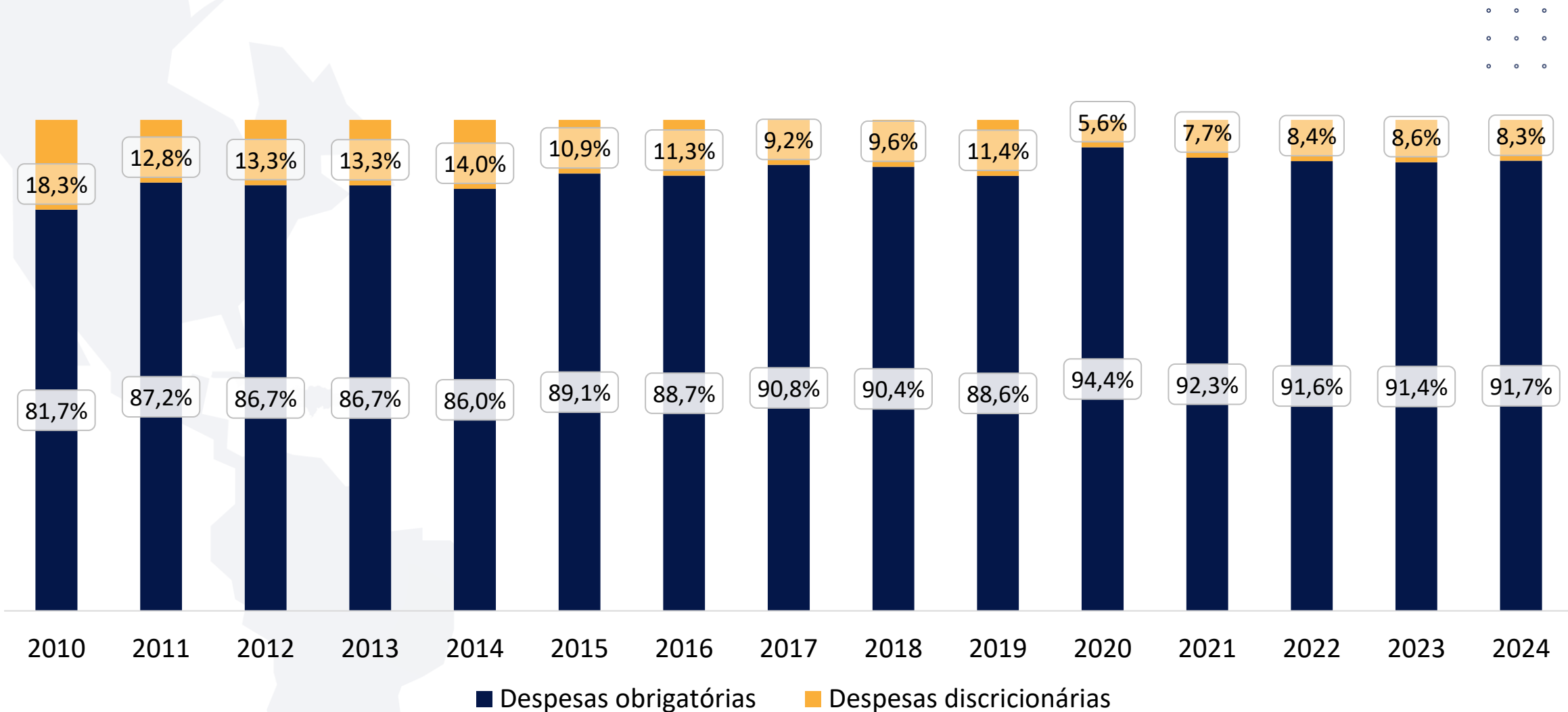


Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2025 e PLOA 2026

## Desafio 1: Controlar o crescimento de despesas primárias obrigatórias

- Em 2024, **92%** das despesas primárias foram **OBRIGATÓRIAS**
  - Benefícios Previdenciários (R\$ 938,5 bilhões)
  - Pessoal e Encargos (R\$ 367,4 bilhões)
  - Benefício de Prestação Continuada (R\$ 111,1 bilhões)
  - Seguro-Desemprego (R\$ 80,7 bilhões)
- Apenas **8%** (R\$ 183,7 bilhões) do orçamento em despesas **DISCRICIONÁRIAS**, para financiar:
  - Custeio da máquina pública
  - Investimentos públicos
  - Políticas públicas não obrigatórias

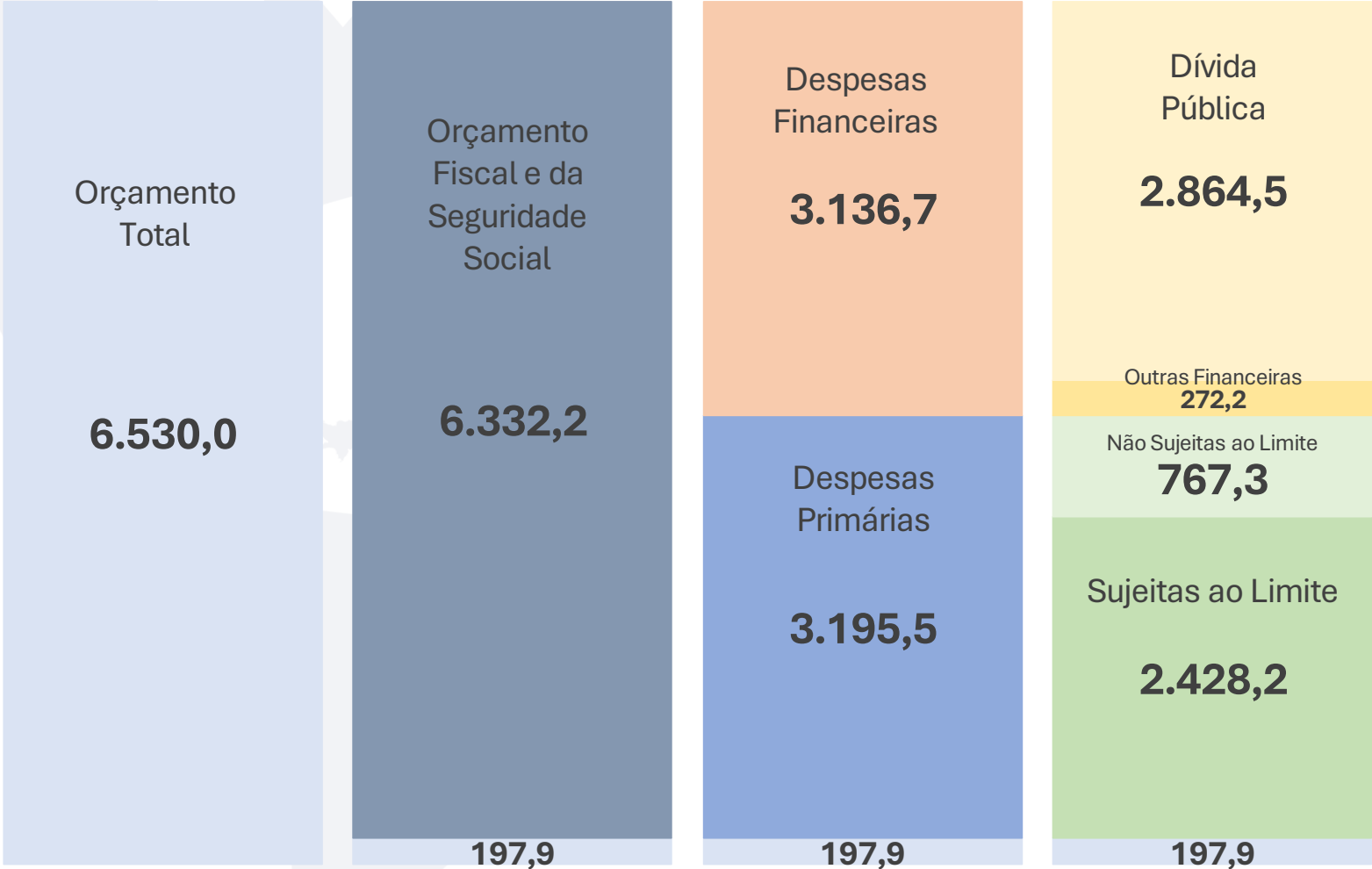
# PERCENTUAL DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS



Fonte: STN/MF.  
Elaboração: SOF/MPO.

# ORÇAMENTO DE 2026

R\$ bilhões



|                         |                |
|-------------------------|----------------|
| <b>Amortização</b>      | <b>2.220,5</b> |
| d/q Refinanciamento     | 1.823,0        |
| <b>Juros e Encargos</b> | <b>643,9</b>   |

|                                          |              |
|------------------------------------------|--------------|
| <b>Despesas Obrigatórias</b>             | <b>761,4</b> |
| Transferências por Repartição de Receita | 592,9        |
| Complementação Fundeb                    | 70,0         |
| Fundo Constitucional do DF               | 28,1         |
| Sentenças Judiciais e Precatórios        | 68,6         |
| Demais Obrigatórias                      | 1,9          |
| <b>Despesas Discricionárias</b>          | <b>5,9</b>   |

|                                    |                |
|------------------------------------|----------------|
| <b>Despesas Obrigatórias</b>       | <b>2.191,1</b> |
| Benefícios da Previdência          | 1.110,9        |
| Pessoal e Encargos Sociais         | 427,2          |
| Bolsa Família                      | 159,5          |
| Benefícios de Prestação Continuada | 130,6          |
| Abono e Seguro Desemprego          | 97,7           |
| Demais Obrigatórias                | 265,2          |
| <b>Despesas Discricionárias</b>    | <b>237,1</b>   |
| Discricionárias do Poder Executivo | 183,6          |
| Discricionárias do LEJU+MPU+DPU    | 12,7           |
| Reserva para Emendas Impositivas   | 40,8           |

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

## Desafio 2: Estabilizar o crescimento da dívida bruta

### Situação Atual (Realizado):

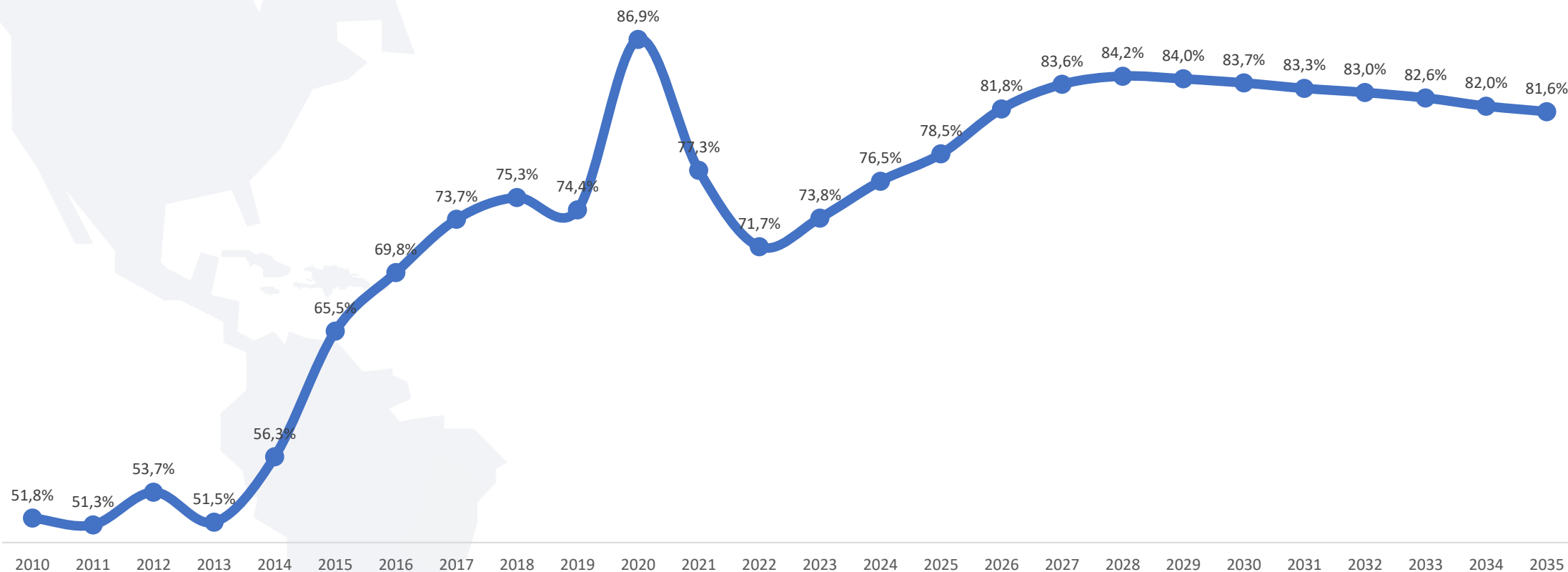
- **2023:** 73,8% do PIB
- **2024 :** 76,5% do PIB

### Desafios:

- Custo da dívida elevado (taxa de juros reais)
- Necessidade de superávit primário sustentado

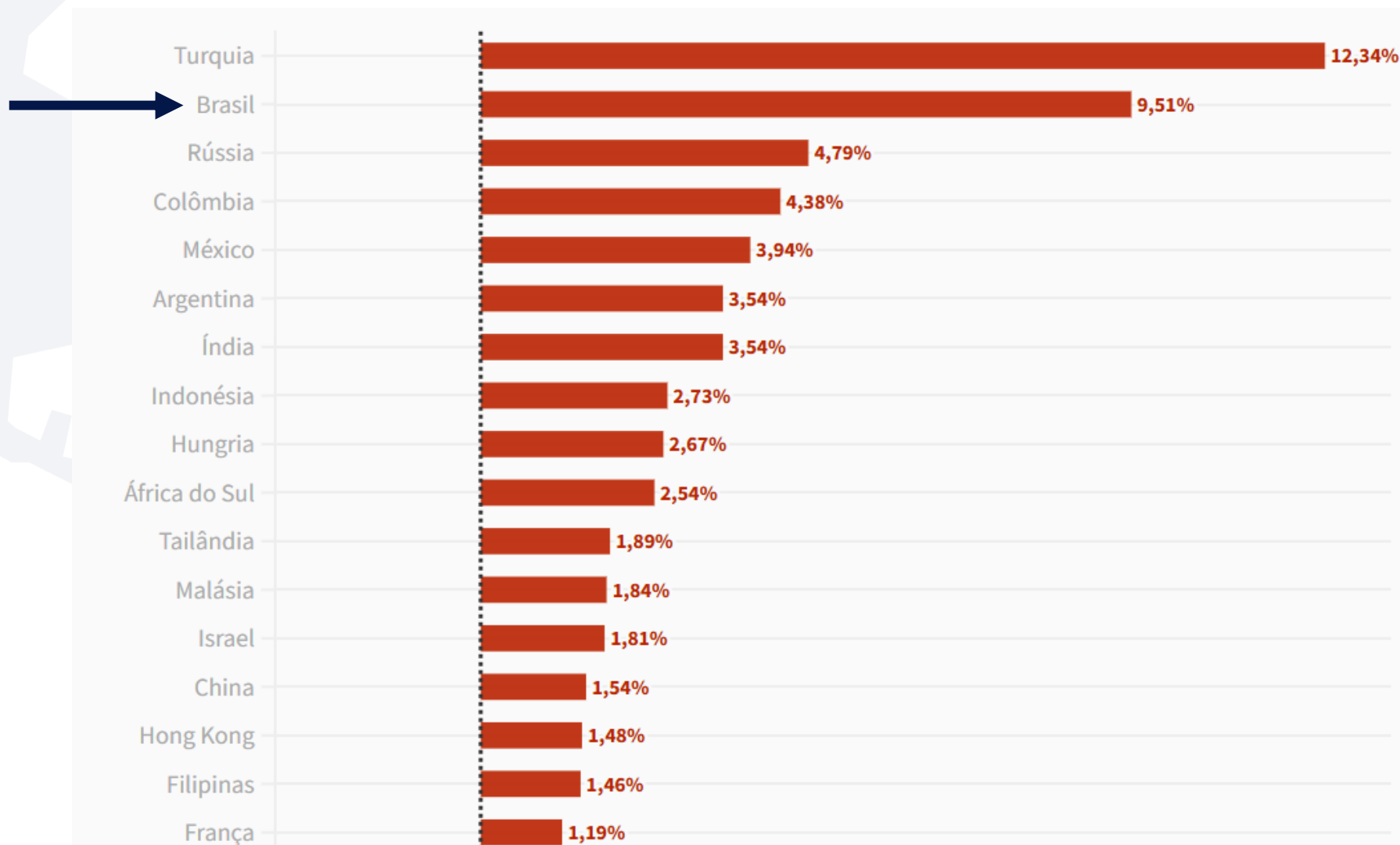
# TRAJETÓRIA DA DÍVIDA PÚBLICA

## Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – Em % do PIB



Fonte: PLDO 2026

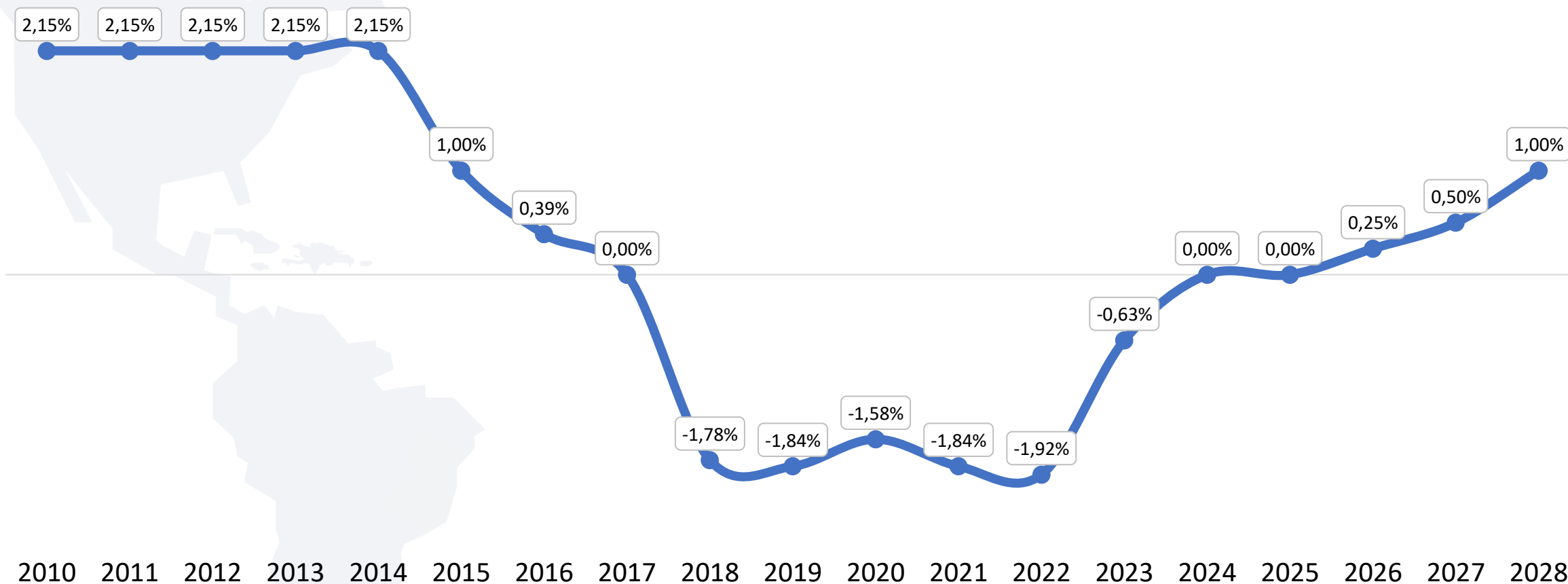
# TAXAS DE JUROS REAIS (set/25)



Fonte: MoneYou, Lev Intelligence. Elaboração CNN Brasil. Ranking de 40 países com maior mercado de renda fixa.

# META DE RESULTADO PRIMÁRIO

Em % PIB



# O que está sendo feito?

## Em relação à Despesa:

- Medidas de revisão de gastos e focalização de políticas públicas
  - Salário mínimo: mantida valorização, mas limitada a 2,5% real ao ano
  - Previdência:
    - maior agilidade na revisão de benefícios por incapacidade laboral (Atestmed) e de custos operacionais
    - regras para prevenção de fraudes e irregularidades
  - Benefício de Prestação Continuada:
    - atualização cadastral obrigatória (24 meses)
    - maior focalização: contabilização de toda a renda familiar bruta, com deduções somente previstas em lei (1/4 SM per capita)
  - Abono salarial: maior focalização, mediante redução gradual do público beneficiário (2 salários-mínimos -> 1,5 salários-mínimos em 2035)
  - Bolsa família: atualização cadastral obrigatória (24 meses)

# O que está sendo feito?

## Em relação à Receita:

- Reforma tributária: simplificação e modernização (EC 132/2023)
- Flexibilização: Desvinculação de Receitas da União (DRU)
- Medidas de incremento de arrecadação (justiça tributária)
- Revisão de benefícios tributários (reoneração gradual da folha de pagamentos, fim da desoneração de combustíveis)
- Combate à sonegação e evasão fiscal
- Regularização de débitos (programas especiais)

# Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP)

---

Victor Reis de Abreu Cavalcanti – Diretor de Programa (SOF)



*O tempo é a substância de que sou feito.  
O tempo é um rio que me arrebatou,  
mas eu sou o rio;  
é um tigre que me devora,  
mas eu sou o tigre;  
é um fogo que me consome,  
mas eu sou o fogo.*

Jorge Luis Borges, “Nova Refutação do Tempo”



# INTRODUÇÃO

---



## Benefícios do MOMP<sup>1</sup>:



### Disciplina Fiscal

Evidencia o **impacto de novas políticas antes da sua implementação** (efeitos futuros das escolhas presentes), subsidiando a tomada de decisão

Oferece alertas antecipados quanto à **sustentabilidade de políticas existentes**, possibilitando ações corretivas



### Eficácia Alocativa

Facilita a **realocação de despesas para políticas prioritárias**

Possibilita a sinalização de **mudanças que serão implementadas futuramente** – ou cujo processo de implementação será longo –, ajudando a gerenciar expectativas e preparar os agentes envolvidos



### Eficiência Alocativa

Oferece maior **estabilidade e previsibilidade** para o planejamento dos gastos setoriais

Cria **incentivos** para os gestores identificarem e explorarem economias de eficiência



É possível acrescentar ainda:

O MOMP pode subsidiar iniciativas de **revisão de gastos** que viabilizem a liberação de espaço fiscal e o atendimento de despesas e programas prioritários no médio prazo

**Integração com o PPA:** possibilita a extensão do seu horizonte e a revisão/atualização dos seus atributos

**Transparência e Controle Social**

<sup>1</sup>HARRIS, J.; HUGHES, R.; LJUNGMAN, G.; SATERIALE, C. **Medium-term budget frameworks in advanced economies: objectives, design and performance. (Chapter 4).**  
In: CANGIANO, M.; CURRISTINE, T.; LAZARE, M. Public Financial Management and Its Emerging Architecture. Washington: International Monetary Fund, 2013.



## EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

### Não existe modelo único de MOMP.

#### Impositividade

Indicativo ou vinculante

#### Periodicidade

Rolante ou periódico

#### Flexibilidade

Flexível ou fixo

#### Horizonte Temporal

Habitualmente, de 3, 4 ou 5 anos

#### Aprovação

Pode contar ou não com aprovação do Legislativo

#### Elaboração

Pode ser elaborado em conjunto com o orçamento anual, de maneira que as discussões alocativas considerem o impacto das políticas no médio prazo, ou seguir um calendário diferente

#### Detalhamento

Nível de detalhamento das previsões de despesas varia de país em país



# ESTÁGIOS DO MARCO DE GASTO DE MÉDIO PRAZO (MGMP)

## MARCO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

- ✓ Arcabouço institucional que define **objetivos fiscais plurianuais que serão referências durante o processo orçamentário**
- ✓ Contém um conjunto integrado de **metas e projeções macroeconômicas e fiscais de médio prazo**, estabelecendo **limites (tetos) amplos de despesas** consistentes com a disponibilidade de recursos orçamentários no médio prazo

**PLDO**

## MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO

- ✓ Conjunto de **arranjos institucionais voltados para priorizar a apresentação e gerenciamento de receitas e despesas em uma abordagem plurianual.**
- ✓ Envolve a alocação de recursos com base em prioridades estratégicas limitadas pela disponibilidade do teto orçamentário

**PLOA**

## MARCO DE DESEMPENHO DE MÉDIO PRAZO

- ✓ **Mudança de foco dos insumos para os produtos, com ênfase na medição e avaliação do desempenho**
- ✓ Vincula o financiamento aos resultados das políticas
- ✓ Assegura a mensuração e a avaliação do desempenho dos ministérios setoriais e órgãos governamentais
- ✓ Requer nível avançado de tomada de decisão para o qual países podem não estar preparados

# PROCESSO DE ELABORAÇÃO

*Por se tratar de grande alteração de paradigma para os órgãos governamentais e requerer diversas mudanças de processo e de sistema, a implementação do MOMP está sendo realizada de forma **gradual**.*



## PLOA 2025

### Início do MOMP

- Captação da proposta para **apenas um exercício subsequente (2026);**
- Facilitação da utilização da proposta de 2025 como referência (números de 2025 no módulo MOMP, planilha de importação);
- **Captação física e financeira - permitiu que órgãos registrassem pleitos por mais recursos;**
- Captação **alcançou todos os órgãos de todos os Poderes (OF e OSS);**



## Ajuste do Processo

- Ajustes de sistemas e processos de captação e publicação;
- Captação para **três exercícios subsequentes (2027, 2028 e 2029);**
- **Desafio fiscal**

## PLOA 2026



# IMPLEMENTAÇÃO E EXPERIÊNCIA

---





## CAPTAÇÃO DOS DADOS VIA SIOP

Captação física e financeira, incluindo eventual necessidade de recursos adicionais, utilizando-se da classificação qualitativa completa (incluindo PO) e da classificação quantitativa simplificada (Cat. Econ. e GND);

### Qualitativa

Classificação qualitativa completa

- Esfera
- Órgão
- UO
- Função
- Subfunção
- Programa
- Ação
- Subtítulo (localizador)
- Plano Orçamentário

### Quantitativa

Classificação simplificada:

- Categoria Econômica
- GND

Não inclui Fonte, Idoc, Iduso, Modalidade de Aplicação, Elemento e Subelemento de despesa

# MARCO DE GASTO DE MÉDIO PRAZO (MGMP) - FASES



## MARCO DE GASTOS DE MÉDIO PRAZO (MGMP)

01



### **Fase I** **Top-down**

Centro de governo define diretrizes alocativas e tetos plurianuais gerais e setoriais, com base nos cenários fiscais projetados

02



### **Fase II** **Bottom-up**

Órgãos apresentam suas necessidades plurianuais de recursos, considerando os custos de suas políticas e as prioridades setoriais

03



### **Fase III** **Reconciliação**

Negociações entre o centro de governo e os órgãos setoriais, a fim de compatibilizar as necessidades com a disponibilidade de recursos no médio prazo

Outra importante característica do MGMP é a sua utilização para a identificação da baseline (custos futuros das políticas em andamento) e dos recursos disponíveis para novas políticas

# IMPLEMENTAÇÃO - ETAPAS

 **Centro de Governo**

 **SOF**

 **Órgão Setorial**

 **Unidade Orçamentária**

## Fase TOP-DOWN

1 Define Limites Orçamentários (PLOA e MOMP) 

2 Distribui os Limites Orçamentários entre os Órgãos Setoriais 

3 Distribui os Limites Orçamentários entre as Unidades Orçamentárias

## Fase BOTTOM-UP

5 Avalia, ajusta e consolida as propostas preenchidas pelas suas UOs

4 Preenche sua proposta, devendo observar as prioridades, os objetivos e as metas do PPA 

## Reconciliação

7 Decide sobre as necessidades adicionais de recursos 

6 Avalia as propostas preenchidas e leva as necessidades adicionais de recursos ao Centro de Governo



**ANEXO VIII**  
**MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO**  
**Exercício 2026**

26000 - Ministério da Educação

Valor (R\$ 1,00)

### Quadro Síntese

| Grupo de Natureza de Despesa / Programa                                                                 | PLOA 2026              | Previsão 2027          | Previsão 2028          | Previsão 2029          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| <b>Financeira</b>                                                                                       | <b>11.288.628.504</b>  | <b>12.027.472.045</b>  | <b>12.481.096.240</b>  | <b>13.046.010.414</b>  |
| <b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>                                                                   | <b>11.288.628.504</b>  | <b>12.027.472.045</b>  | <b>12.481.096.240</b>  | <b>13.046.010.414</b>  |
| 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo                                               | 10.625.628.058         | 11.075.566.895         | 11.721.622.293         | 12.332.476.405         |
| 0999 - Reserva de Contingência                                                                          | 663.000.446            | 951.905.150            | 759.473.947            | 713.534.009            |
| <b>Primária Discricionária</b>                                                                          | <b>40.663.545.116</b>  | <b>40.756.405.076</b>  | <b>46.530.437.716</b>  | <b>54.537.467.081</b>  |
| <b>3 - Outras Despesas Correntes</b>                                                                    | <b>23.189.544.928</b>  | <b>23.279.761.181</b>  | <b>28.859.710.750</b>  | <b>36.597.599.168</b>  |
| 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo                                               | 1.688.195.573          | 1.694.115.288          | 2.100.737.867          | 2.664.613.910          |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais                                                   | 2.600.000              | 2.610.148              | 3.236.638              | 4.105.410              |
| 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | 39.218.950             | 39.372.055             | 48.822.142             | 61.926.874             |
| 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade                                            | 5.829.097.278          | 5.852.225.314          | 7.249.207.379          | 9.186.445.577          |
| 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma                                               | 3.090.248.928          | 3.102.310.104          | 3.846.928.419          | 4.879.513.634          |
| 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade                            | 12.540.184.199         | 12.589.128.272         | 15.610.778.305         | 19.800.993.763         |
| <b>4 - Investimentos</b>                                                                                | <b>5.474.000.188</b>   | <b>5.476.643.895</b>   | <b>5.670.726.966</b>   | <b>5.939.867.913</b>   |
| 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo                                               | 87.806.800             | 88.149.508             | 109.307.206            | 138.647.237            |
| 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade                                            | 3.236.530.852          | 3.236.102.397          | 3.240.519.345          | 3.246.644.466          |
| 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma                                               | 934.504.546            | 934.903.222            | 959.516.657            | 993.648.851            |
| 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade                            | 1.215.157.990          | 1.217.488.768          | 1.361.383.758          | 1.560.927.359          |
| <b>5 - Inversões Financeiras</b>                                                                        | <b>12.000.000.000</b>  | <b>12.000.000.000</b>  | <b>12.000.000.000</b>  | <b>12.000.000.000</b>  |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais                                                   | 12.000.000.000         | 12.000.000.000         | 12.000.000.000         | 12.000.000.000         |
| <b>Primária Obrigatória</b>                                                                             | <b>181.398.531.097</b> | <b>191.203.673.829</b> | <b>202.262.862.849</b> | <b>213.975.434.868</b> |
| <b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>                                                                   | <b>97.014.482.949</b>  | <b>101.367.407.642</b> | <b>106.672.240.254</b> | <b>112.192.143.701</b> |
| 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo                                               | 92.795.185.796         | 96.621.515.427         | 102.257.539.196        | 107.586.475.845        |
| 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais                                          | 70.497.888             | 73.068.904             | 75.365.239             | 77.655.408             |
| 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais                                                   | 4.568.936              | 4.494.445              | 4.754.367              | 5.000.065              |
| 0999 - Reserva de Contingência                                                                          | 4.144.230.329          | 4.668.328.866          | 4.334.581.452          | 4.523.012.383          |
| <b>3 - Outras Despesas Correntes</b>                                                                    | <b>83.608.529.691</b>  | <b>89.037.484.702</b>  | <b>94.767.880.266</b>  | <b>100.935.866.567</b> |
| 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo                                               | 6.058.685.195          | 6.296.937.674          | 6.534.884.848          | 6.780.189.636          |

## Painel do Orçamento Federal – Sub-painel



# Painel do Orçamento Federal

MT@






# DIFICULDADES, FRAGILIDADES E PERCEPÇÕES

---





## 1. Contexto Fiscal Restritivo

- As dificuldades associadas ao cenário atual — sobretudo a compressão das despesas primárias discricionárias em razão do crescimento das obrigatórias — **afetam diretamente a previsibilidade e a capacidade de planejamento a médio prazo**



## 2. Definição de Limites

- Considerando as regras fiscais, o crescimento das despesas obrigatórias, as reservas de emendas parlamentares e o cumprimento de aplicações mínimas em saúde e educação, não haveria espaço remanescente para despesas discricionárias "livres" do Poder Executivo no MOMP
- **Para viabilizar o planejamento setorial, optou-se por conceder limites aos órgãos, no mínimo, equivalentes aos de 2026, ainda que incompatíveis com o MFMP**
- Essa estratégia reforça o caráter programático do MOMP e evidencia a necessidade de medidas para garantir o espaço mínimo necessário às despesas discricionárias no médio prazo



## 3. Engajamento e Percepção de valor

- Órgãos tem dificuldades em perceber o impacto do MOMP na elaboração de orçamentos subsequentes ou nas decisões de alocação de recursos
- O baixo engajamento e a percepção reduzida do valor estratégico do MOMP resultam em resistência à sua plena absorção pelos órgãos setoriais e impactam a qualidade das propostas.



## 4. Qualidade das propostas de médio prazo

- Considerando a baixa previsibilidade decorrente do contexto fiscal, o caráter indicativo do MOMP e a percepção de valor vigente, alguns órgãos setoriais ainda não se sentem estimulados a realizar um planejamento efetivo das suas despesas no médio prazo.
- Em alguns casos, as propostas de médio prazo apenas replicam os valores planejados para 2026.

## 💡 Desafios/melhorias para os próximos exercícios



### Integração do MOMP com o MFMP

Esclarecer o papel do MOMP no cenário fiscal, **evidenciando** o contraste do Marco Orçamentário com o Marco Fiscal para **delimitar** o desafio fiscal no médio prazo.



### Fomento ao Debate e Medidas de Equilíbrio

**Utilizar** o caráter indicativo do MOMP para **fomentar** o debate orçamentário e **evidenciar** medidas de recuperação de receitas e revisão de gastos necessárias para o equilíbrio fiscal.



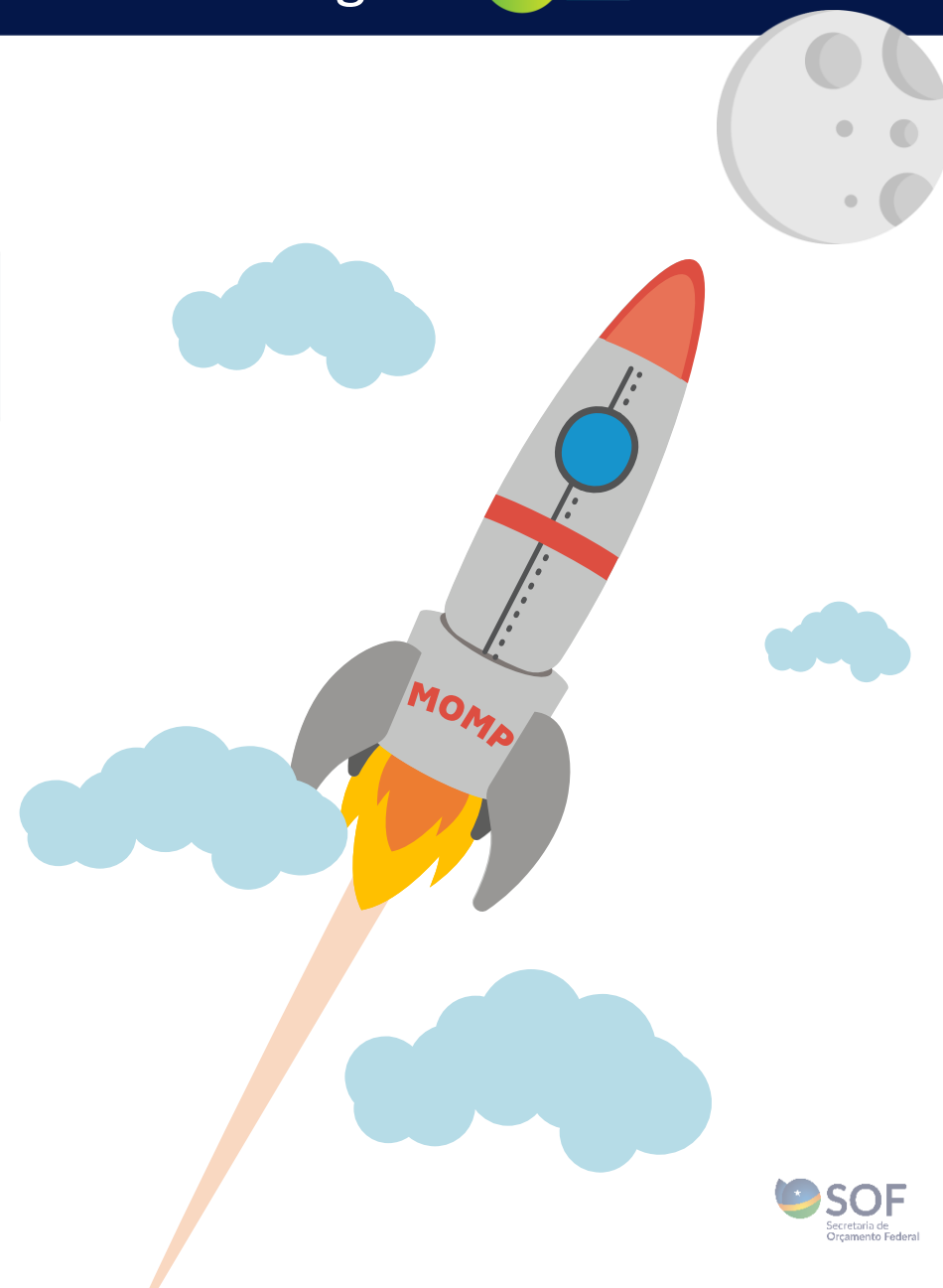
### Aumento do Valor Estratégico para os Órgãos

Definir e **publicizar** com precisão como o MOMP irá **influenciar** a distribuição de limites, visando **garantir** a percepção de valor e ganhos de **racionalidade e previsibilidade** no planejamento setorial.



### Diálogo, Engajamento e Capacitação dos Órgãos Setoriais

Estabelecer **comunicação ativa** com os órgãos, entregando **capacitação** das equipes setoriais para **transformar** o diálogo em engajamento ativo e **integrar** plenamente o MOMP à cultura orçamentária.





# Guias Práticos de Transversalidade

---

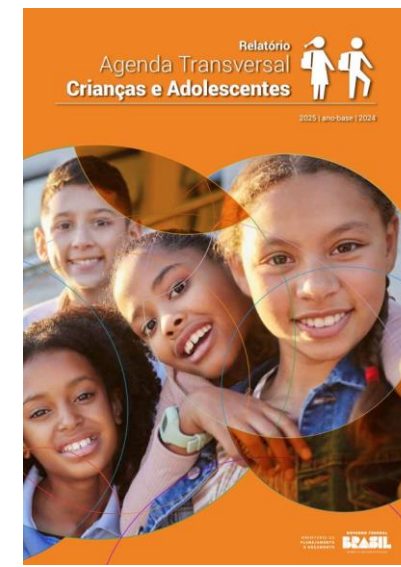
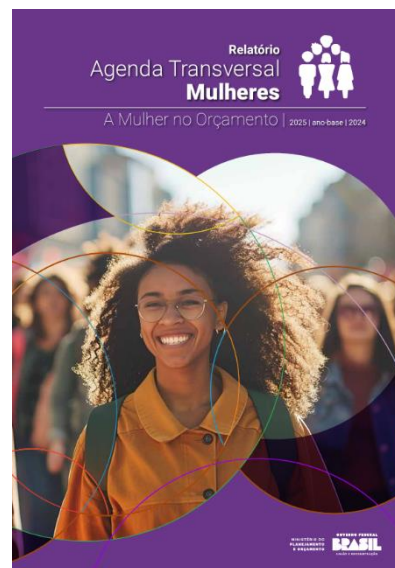
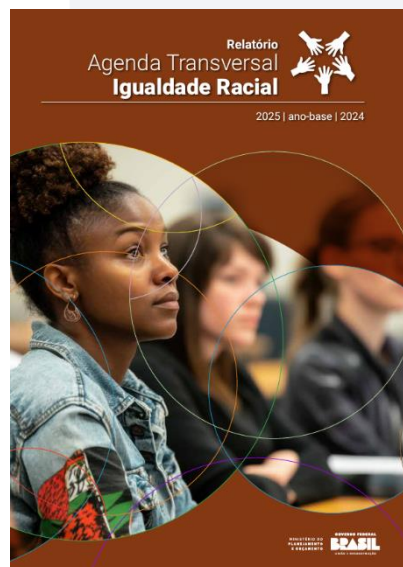
Avanços em 2025



# Relatórios Anuais: Orçamento e Plano Plurianual



**Conteúdo:** descrição dos programas, resultados alcançados, recursos aplicados no orçamento e produtos entregues.



# Guias Práticos da Transversalidade



Contribuem para a gestão pública



Subsidiam a prática da transversalidade nas políticas públicas, nos Planos Plurianuais (PPA) e Orçamentos Anuais



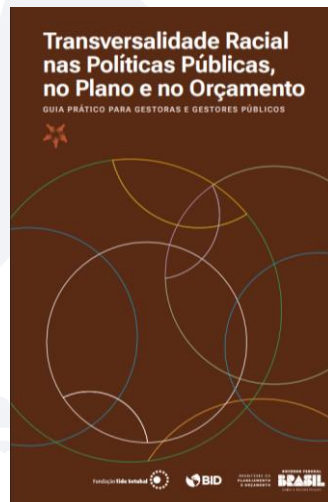
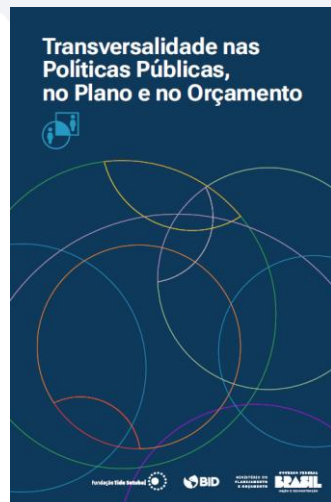
Sistematizam conceitos, boas práticas e recomendações

# Experiências e Referências Internacionais

| Agenda Transversal      | Experiências e Referências                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gênero (Mulheres)       | <b>Canadá</b> (GBA Plus), <b>Bolívia</b> , <b>Uruguai</b> e <b>Cidade do México</b> .                                                                                                                                                        |
| Crianças e Adolescentes | <b>Colômbia</b> (Plano Nacional de Desenvolvimento), <b>Argentina</b> (Análise de Gastos), <b>Suécia</b> (Child Impact Assessment – CIA), <b>Noruega</b> (Children’s Ombudsman) e <b>Reino Unido</b> (Orçamento Participativo Juvenil).      |
| Meio Ambiente           | <b>Canadá</b> (Avaliação Ambiental Estratégica – AAE), <b>França</b> (Orçamento Verde com Etiquetagem), <b>União Europeia</b> (Pacto Ecológico Europeu e indicadores comuns) e <b>Irlanda</b> (Governança Integrada).                        |
| Igualdade Racial        | <b>Uruguai</b> (Plan Nacional de Equidad Racial y Afrodescendencia), <b>Filadélfia/EUA</b> (Questionários de Equidade Racial e participação comunitária) e <b>Austin/EUA</b> (The Equity Action Team e Ferramenta de Avaliação de Equidade). |
| Povos Indígenas         | <b>Canadá</b> (Gastos Priorizados e <i>Gender-Based Analysis Plus</i> ) e <b>Cidade do México</b> (Orçamento Participativo em Territórios Indígenas).                                                                                        |



# Guias Práticos da Transversalidade



MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO



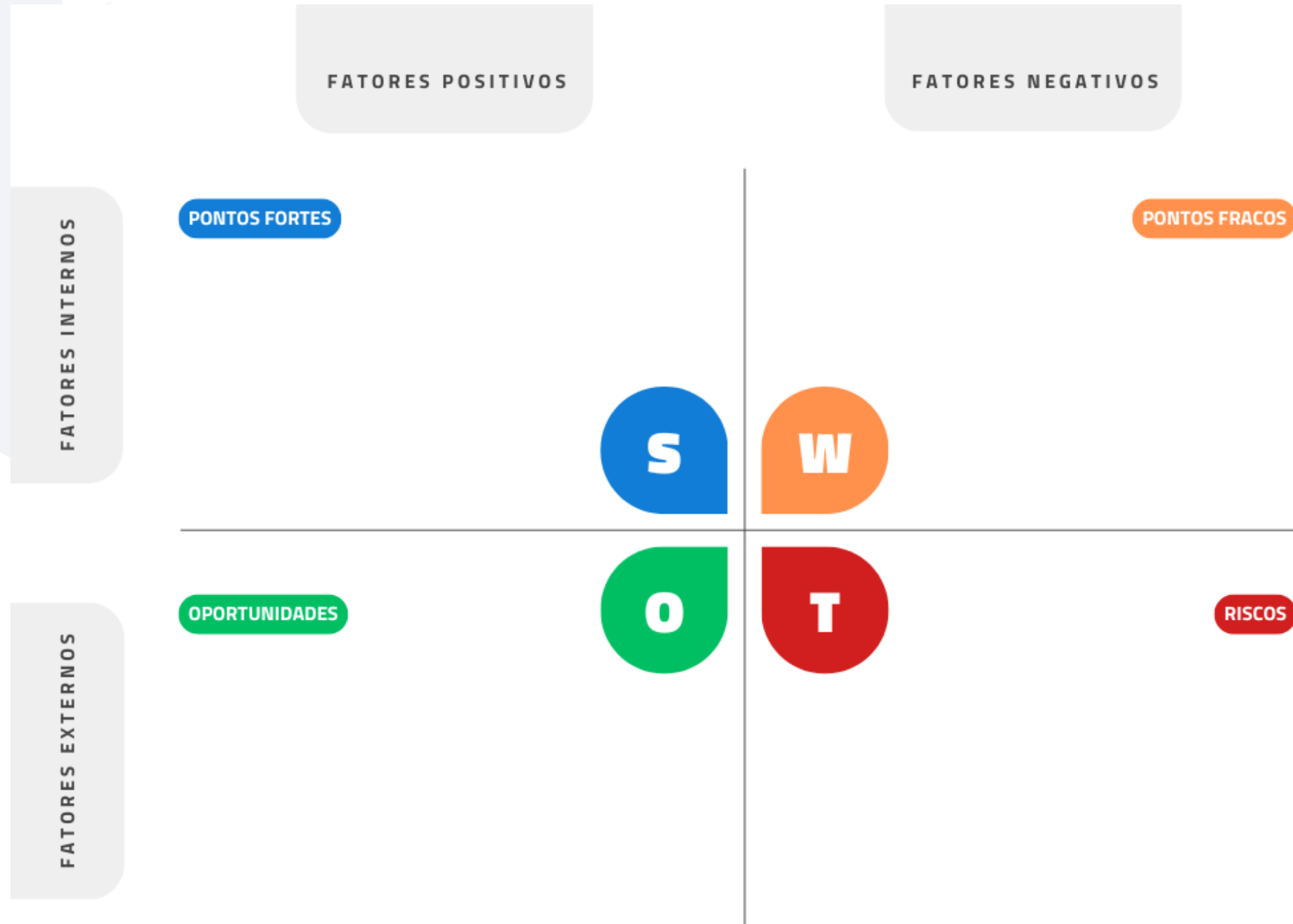
Em breve em Inglês e Espanhol

# Gasto Público em Mudança Climática, Biodiversidade e Gestão de Riscos e Desastres

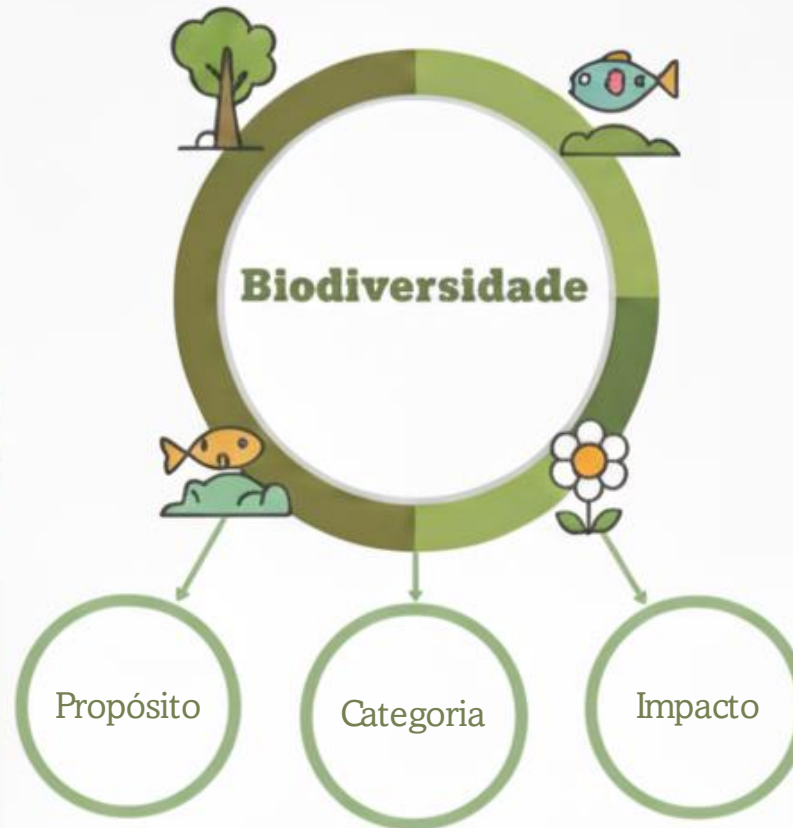
---

Avanços e Propostas para a COP 30





# Categorias de Classificação



# CLASSIFICADORES DO GASTO PÚBLICO EM MUDANÇA CLIMÁTICA, BIODIVERSIDADE E GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

o o o o o  
o o o o o  
o o o o o

| Tema                                | Propósito       | Categoria                                                      | Impacto         |
|-------------------------------------|-----------------|----------------------------------------------------------------|-----------------|
| Mudança Climática                   | Principal       | 1. Mistas                                                      | Positivo        |
|                                     | Secundário      | 2. Mitigação                                                   | Negativo        |
|                                     | Não relacionado | 3. Adaptação e gerenciamento de riscos de desastres climáticos | Não relacionado |
|                                     |                 | 4. Eventos climáticos de emergência                            |                 |
|                                     |                 | 5. Recuperação de eventos climáticos                           |                 |
|                                     |                 | Não relacionado                                                |                 |
| Biodiversidade                      | Principal       | 1. Proteção do solo, da superfície e da água subterrânea       | Positivo        |
|                                     | Secundário      | 2. Proteção da biodiversidade e da paisagem                    | Negativo        |
|                                     | Não relacionado | 3. Gerenciamento de recursos florestais                        | Não relacionado |
|                                     |                 | Não relacionado                                                |                 |
| Gerenciamento de Riscos e Desastres | Principal       | 1. Conscientização sobre riscos                                | Positivo        |
|                                     | Secundário      | 2. Governança de risco de desastres                            | Negativo        |
|                                     | Não relacionado | 3. Redução do risco de desastre                                | Não relacionado |
|                                     |                 | 4. Resposta e recuperação de desastres                         |                 |
|                                     |                 | Não relacionado                                                |                 |

o o o o o  
o o o o o  
o o o o o

# Cronograma de Implementação

## Cooperação Técnica:

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO



Organização do GT Principal  
Entrega dos produtos iniciais  
(1, 2, 3 e 4)

**1ª Missão Técnica ao Brasil**

Consulta aos Órgãos  
Setoriais

**3ª Missão Técnica ao Brasil**



Definição da Matriz de Relacionamento  
(06/2024 a 08/2025)

Divulgação dos Resultados  
(a partir de 11/2025)

Preparação  
(12/2023 a 06/2024)

Identificação e Classificação na  
COFOG Ampliada (06/2024 a 08/2025)

Consulta aos Órgãos Setoriais

**2ª Missão Técnica ao Brasil**





## COP (Novembro)

- Publicar o relatório do Gasto Público em Mudança do Clima, Biodiversidade e GRD
- Disponibilizar Painel Interativo
- Plano de Aceleração de Solução: avanço das metodologias de identificação de gastos climáticos na Plataforma Regional Mudança Climática

Obrigado

[sof.gabin@planejamento.gov.br](mailto:sof.gabin@planejamento.gov.br)



MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO